

# As retóricas da reação: um estudo comparativo entre Albert Hirschman e Richard Shorten

Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva<sup>1</sup>

*Recebido em junho de 2023  
Aceito em junho de 2023*

## RESUMO

O presente artigo estabelece comparações entre as abordagens de Albert Hirschman e Richard Shorten sobre a reação. De um ponto de vista metodológico, trata-se de uma análise qualitativa-bibliográfica entre uma perspectiva clássica e outra recente sobre os imperativos argumentativos da reação. Em um primeiro momento, são destacadas as tensões conceituais no interior do campo da Teoria Política em torno de categorias como tradicionalismo, conservadorismo e reacionarismo. A interpretação das retóricas reacionárias, proposta tanto por Hirschman quanto por Shorten, é destacada como alternativa frutífera para a investigação do fenômeno em questão. Posteriormente, são destacadas as especificidades de cada autor, a partir de um exame detido sobre as obras “A retórica da intransigência” (2019) de Hirschman e “The ideology of political reactionaries” (2022) de Shorten. Por fim, são evidenciados alguns pontos compartilhados entre os textos, a ver, seus contextos sócio-históricos de elaboração e a ambição em superarem certos paradigmas no estudo das ideologias políticas; e, igualmente, suas distinções, como os modelos dos imperativos de argumentação identificados e a maneira pela qual compreendem reacionarismo e conservadorismo. De modo geral, busca-se destacar os avanços e limites da interpretação retórica na análise de dinâmicas políticas modernas e contemporâneas.

**Palavras-chave:** Retórica; Conservadorismo; Reacionarismo; Ideologia.

## Rhetorics of reaction: a comparative study between Albert Hirschman and Richard Shorten

## ABSTRACT

This article draws comparisons between Albert Hirschman and Richard Shorten's approaches to reaction. From a methodological point of view, it is a qualitative-bibliographical analysis between a classical and a recent perspective on the argumentative imperatives of reaction. At first, conceptual tensions within the Field of Political Theory are highlighted around categories such as traditionalism, conservatism and reactionism. The interpretation of reactionary rhetoric, proposed by both Hirschman and Shorten, is displayed as a fruitful alternative for investigating the phenomenon in question. Subsequently, the specificities of each author are focused, based on a detailed examination of the works “The rhetoric of reaction” (2019) by Hirschman and “The ideology of political reactionaries” (2022) by Shorten. Finally, some points shared between the texts are highlighted, namely, their socio-historical contexts of elaboration and the ambition to overcome certain paradigms in the study of political ideologies; and, equally, their distinctions, such as the models of the identified argumentation imperatives and the way in which they understand reactionism and conservatism. In general, the present analysis seeks to display

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Brasil. E-mail: gustavograma97@gmail.com. Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de doutorado e o Prof. Jorge Chaloub pela indicação do recente livro publicado por Shorten que possibilitaram o desenvolvimento deste artigo.

the advances and limits of rhetorical interpretation in the analysis of modern and contemporary political dynamics.

**Key words:** Rhetoric; Conservatism; Reactionism; Ideology.

## **Las retóricas de la reacción: un estudio comparativo entre Albert Hirschman y Richard Shorten**

### **RESUMEN**

Este artículo establece comparaciones entre los enfoques de Albert Hirschman y Richard Shorten sobre la reacción. Desde un punto de vista metodológico, se trata de un análisis cualitativo-bibliográfico entre una perspectiva clásica y una reciente sobre los imperativos argumentativos de la reacción. En un primer momento, se destacan tensiones conceptuales dentro del campo de la Teoría Política en torno a categorías como tradicionalismo, conservadurismo y reaccionarismo. La interpretación de la retórica reaccionaria, propuesta tanto por Hirschman como por Shorten, se destaca como una alternativa fructífera para investigar el fenômeno em cuestión. Posteriormente, se destacan las especificidades de cada autor, a partir de un examen detallado de las obras “La retórica reaccionaria” (2019) de Hirschman y “La ideología de los reaccionarios políticos” (2022) de Shorten. Finalmente, se destacan algunos puntos compartidos entre los textos, a saber, sus contextos sociohistóricos de elaboración y la ambición de superar ciertos paradigmas en el estudio de las ideologías políticas; e, igualmente, sus distinciones, como los modelos de los imperativos de argumentación identificados y la forma en que entienden el reaccionarismo y el conservadurismo. En general, buscamos resaltar los avances y límites de la interpretación retórica en el análisis de las dinámicas políticas modernas y contemporáneas.

**Palabras clave:** Retórica; Conservadurismo; Reaccionarismo; Ideología.

### **Introdução**

A compreensão dos limites entre conservadorismo e reacionarismo se trata de um complexo problema relativo à análise da história do pensamento político moderno. Se, por um lado, é necessário definir as particularidades imanentes de cada uma destas correntes, em suas vicissitudes e permanências; por outro, cabe indicar em que medida ambas sobrepõem-se e aproximam-se. Resta ainda outro problema central, se o conservadorismo pode ser vagamente delimitado como uma grande tradição, preocupada em sustentar continuamente as redes de familiaridade de uma comunidade (SCRUTON, 2019, p. 8), ou até mesmo como um conjunto de sentimentos fundados na moderação e reverência a certos costumes (KIRK, 2007, p. 3), o reacionarismo apresenta

vácuos conceituais ainda mais evidentes, especialmente em definições positivas e autocelebratórias<sup>2</sup>.

Levando ainda em consideração as taxonomias do campo da direita política, sobretudo em contextos de multiplicação de distinções categóricas como populismo, neofascismo, novo radicalismo de direta e tradicionalismo, é possível argumentar que o conceito de reacionarismo é relegado ao segundo plano. Caracterizado por Shorten (2022, p. 5) como “primo pobre de outros termos”<sup>3</sup>, a reação apresenta-se enquanto lacuna saliente em parte considerável da literatura especializada, sobretudo, por muitas das vezes, pressupor uma mera posição binária de oposição relacional ao progressismo.

Desse modo, uma interpretação aprofundada dos conceitos de conservadorismo e reacionarismo é necessária, de forma que alguns questionamentos tornam-se evidentes: o reacionarismo ainda pode ser utilizado enquanto categoria interpretativa satisfatória para a análise de fenômenos político-sociais contemporâneos? Qual elemento garante uma identificação da continuidade histórica no caso do conservadorismo e no quadro reacionário, bem como suas possíveis convergências? Ou, ainda, é possível encontrar uma unidade de definição no interior destas ideologias?

Em análise clássica do conservadorismo, Mannheim (1986, p. 110) busca enquadrá-lo enquanto estilo de pensamento, surgido em um contexto social dinâmico fruto da modernidade. Diferentemente da mentalidade tradicionalista<sup>4</sup>, caracterizada pelo apego subjetivo a formas de vida cristalizadas pela passagem do tempo e com um caráter fundamentalmente reativo à mudança, o conservadorismo apresenta-se enquanto estrutura mental objetiva e autoconsciente.

Assim, ancorado em um modo de vida específico, constituindo um complexo emocional e filosófico, o conservadorismo expressa uma intenção básica que se desdobra

<sup>2</sup> As definições elencadas neste parágrafo do que pode ser o conservadorismo, por parte de teóricos autodenominados conservadores, guardam um evidente traço de glorificação desta forma específica de sensibilidade. Kirk (2007, p. 6), por exemplo, estabelece uma diferenciação explícita entre uma perspectiva conservadora de mundo, um amplo conjunto de atitudes que abrangeia heterogêneos campos da vida social, daquelas meramente reacionárias ou obscurantistas, de caráter essencialmente superficial e reativo.

<sup>3</sup> Todas as citações diretas retiradas de fontes anglófonas foram traduzidas pelo próprio autor.

<sup>4</sup> Este termo é tomado de Weber por Mannheim (1986, p. 102), na medida em que, no primeiro autor, o tradicionalismo aparece enquanto resistência à mudança em múltiplas circunstâncias históricas, seja em relação à burocratização do mundo, seja em referência a inovações político-econômicas (WEBER, 2002, p. 790 e 833).

em suas afirmações teóricas. Segundo Mannheim, estes elementos formam uma morfologia dinâmica do estilo conservador, caracterizada, por exemplo, pela predileção do pensamento concreto, levando em conta sua atenção ao real imediato em detrimento de abstrações sobre um futuro incerto; e pela concepção de liberdade enquanto princípio pelo qual sujeitos e grupos sociais naturalmente desiguais e hierarquizados atuam no interior de seus próprios limites (*Ibid.*, p. 110-111).

Outras características como a interpretação da realidade a partir da continuidade do passado, a espacialização da história – na medida em que a terra é tida como uma substância eterna, cujos indivíduos são apenas elementos transitórios – e a noção de organismo social, que ressalta as especificidades qualitativas das diferentes sociedades, também compõem, de acordo com Mannheim (*Ibid.*, p. 129-130), a essência deste estilo intelectual. O conservadorismo é compreendido, neste caso, não apenas como posição política, mas, igualmente, como “uma forma particular de experiência e pensamento” (*Ibid.*, p. 108).

Para além dos limites do pensamento conservador com o tradicionalismo psicológico, uma distinção clássica adicional, desta vez entre o conservadorismo e a perspectiva reacionária, é oferecida por Isaiah Berlin. Em seu ensaio sobre Joseph de Maistre, Berlin (1990, p. 105-106) caracteriza-o como corporificação aperfeiçoada e sintética do reacionarismo<sup>5</sup>, na medida em que emerge, no contexto da Revolução Francesa de 1789, como “feroz crítico de toda forma de constitucionalismo e liberalismo, um legitimista ultramontano, um fiel da divindade da autoridade e poder, e, claro, um inflexível adversário de tudo que as luzes do século XVIII defendiam”<sup>6</sup>. Logo, em oposição ao tranquilo conservadorismo temperado de Edmund Burke, marcado pela noção da sociedade eterna resguardada da turbulência (*Ibid.*, p. 112-113), de Maistre apresentaria uma visão terrível de mundo, marcada por uma violência fundamental, presente tanto nas forças da natureza quanto na herética revolução secularista.

---

<sup>5</sup> Essa caracterização pode ser verificada tanto em passagens que sublinham De Maistre como “reacionário católico” (BERLIN, 1990, p. 93), quanto em momentos de distanciamento de sua afiliação ao conservadorismo (BERLIN, 1990, p. 113) e do destaque de críticas conservadoras à suas posições políticas (BERLIN, 1990, p. 95).

<sup>6</sup> Garrard (2003, p. 118), por outro lado, ressalta que Berlin também destaca aspectos positivos em de Maistre, de modo que sua análise sobre o reacionarismo é menos marcada pelo maniqueísmo do que aparenta ser.

Segundo Shorten (2022, p. 33), esta análise de Berlin aguça-se em uma distinção, mais ou menos geral, da moderação típica do pacifismo conservador e do extremismo reacionário violento, representados, respectivamente, pelas figuras de Burke e de Maistre. Assim, o enquadramento do reacionarismo no interior de uma “discreta categoria – tipicamente envolvendo a defesa de valores da sociedade aristocrática feudal” (*Id.*, 2015, p. 178), pode ser vista como um desdobramento possível deste modelo interpretativo.

Ainda, em outra consideração acerca dos limites entre conservadorismo e reacionarismo, Robin (2018) busca a compreensão totalizante destes movimentos através de suas características comuns. Por conseguinte, este autor utiliza os termos conservador, reacionário e contrarrevolucionário de forma intercambiável, na medida em que constituem uma unidade e um “conjunto coerente de teoria e prática que transcende as divisões frequentemente enfatizadas por acadêmicos e especialistas” (ROBIN, 2018, p. 28-29). Distintamente de Mannheim e Shorten, em suas respectivas buscas pela definição dos limites da direita política, Robin apresenta um retrato mais homogêneo deste campo ideológico.

Apesar de reconhecidas modificações históricas e geográficas, bem como algumas reconfigurações estruturais, o amálgama de reacionarismo e conservadorismo parte de um princípio central compartilhado: a defesa de uma ordem social hierárquica ameaçada (*Ibid.*, p. 24). Logo, mesmo que as dinâmicas classificatórias das hierarquias variem e os grupos sociais que minam suas bases se modifiquem, toda manifestação conservadora e reacionária é, para Robin (*Ibid.*, p. 4), “uma meditação sobre – e a capitulação teórica da – experiência sentida de detenção de poder, vê-lo ameaçado e a tentativa de conquistá-lo novamente”. Aqui, o medo e o ressentimento aparecem enquanto afetos importantes, tanto de mobilização e quanto de argumentação, destes movimentos político-teóricos.

Nisbet (1987), por outro lado, sugere o conservadorismo como uma das três ideologias constituintes do mundo moderno – ao lado do liberalismo e do socialismo – que guarda em si um conjunto mais ou menos coerente de pressupostos sócio-econômicos e morais capazes de possibilitarem seu triunfo no campo político. Consciente de si mesma e com certo grau de institucionalização, a ideologia

conservadora almeja sempre preservar o direito intermediário das famílias, da igreja, das classes sociais e da propriedade “por um lado contra as reivindicações da teoria dos direitos naturais e do recente utilitarismo, e por outro contra o crescente estado nacional democrático” (NISBET, 1987, p. 46-47).

Logo, segundo a anatomia política elaborada por Nisbet, o conservadorismo seria a ideologia que, por excelência, resguardaria os estratos intermediários da sociedade contra o estatismo e o individualismo tipicamente modernos. A visão da História como experiência acumulada das gerações; o preconceito como conhecimento do mundo pautado pela tradição e pela autoridade; o papel central da ordem e da propriedade na regulação da liberdade e da igualdade; e a moral religiosa como pedra angular na constituição do Estado e da sociedade são todos elementos que garantem a continuidade histórica e a coerência teórica ao pensamento conservador. Em suma, constituem seu substrato “pré-político”<sup>7</sup>.

Ainda em uma perspectiva que oferece destaque ao conservadorismo em detrimento do reacionarismo, Helga Gahvya (2017) estabelece outras premissas típico-ideais que permitem identificar o conservadorismo como uma filosofia da modernidade relativamente autônoma. Certa avaliação nostálgica da unidade espiritual-política feudalista, o elogio do regionalismo e da tradição, a luta contra a homogeneização produzida pelo Estado moderno, os costumes herdados interpretados como esfera privilegiada do exercício da liberdade e o repúdio à abstração constituem motivos comuns – ainda que passíveis de variação de acordo com cada circunstância<sup>8</sup> – para essa sensibilidade que envolve sempre um “grau considerável de satisfação em relação à determinada ordem social” (GAHVYA, 2017, p. 317).

Desse modo, estas breves considerações indicam as distintas possibilidades de definições e interconexões entre conservadorismo e reacionarismo. Cabe agora explorar outro percurso teórico-metodológico de compreensão destas ideologias: a análise

<sup>7</sup> A partir de um argumento de T.S. Eliot, Nisbet (1987, p. 12) indica que o pré-político é “o estrato que é criado ao longo de um considerável espaço de tempo por pessoas diversas, críticos sociais, filósofos políticos, ensaístas, mesmo pelos próprios políticos altamente experientes”. Em certa medida, é a fonte na qual qualquer pensamento político deita suas raízes e fornece os elementos necessários tanto para sua prática quanto para sua teorização.

<sup>8</sup> Pelo privilégio que o pensamento conservador concede ao saber concreto e circunstancial, Gahvya (2017, p. 301) destaca como esta ideologia sempre deve adaptar seu corpo de ideias a conjunturas específicas.

retórica ou, em outras palavras, os modelos de convencimento político discursivo. Hirschman (2019, p. 10) considera este modo de aproximação favorável por não limitar-se aos traços conceituais ou subjetivos da reação, dando preferência ao que denominou de “imperativos de argumentação”. Semelhantemente, Shorten (2022, p. 3) sugere que esta perspectiva “fornece as unidades analíticas capazes de unirem as crenças políticas reacionárias ao longo do tempo”.

Ainda que ambos os autores forneçam pistas investigativas heterogêneas sobre as fronteiras entre conservadorismo e reacionarismo, buscam superar definições que privilegiam conteúdos filosóficos, sociais ou psicológicos. Na verdade, procuram analisar como grupos políticos típicos das sociedades modernas estabelecem comunicação entre si (HIRSCHMAN, 2019, p. 10) através da definição de arranjos de expressão cotidianos particulares a cada um deles (SHORTEN, 2022, p. 14). Portanto, a seguir, serão expostas suas respectivas considerações sobre as retóricas da reação com base em dois textos específicos, “A retórica da intransigência” (2019) e “The ideology of political reactionaries” (2022).

De um ponto de vista metodológico, trata-se de uma análise qualitativa-bibliográfica entre uma perspectiva clássica e outra recente sobre os imperativos argumentativos da reação, dando destaque para as aproximações e distanciamentos entre os conceitos teóricos e instrumentos hermenêuticos acionados tanto por Hirschman e quanto por Shorten. A partir deste procedimento, busca-se estabelecer alguns parâmetros renovados de identificação de elementos constitutivos do conservadorismo e reacionarismo.

### **As Três Teses de Albert Hirschman: perversidade, futilidade e ameaça**

Tal qual Robin, Hirschman utiliza os termos conservadorismo e reacionarismo de modo indiferenciado, de maneira que se refere ora a “ondas reacionárias” (HIRSCHMAN, 2019, p. 15), ora a estruturas argumentativas que pertencem “ao campo conservador” (*Ibid.*, p. 87). Similarmente, pode-se indicar que categorias como reação, contrainvestida e reativo também são utilizadas em um sentido análogo aos conceitos anteriores, preferencialmente, alerta Hirschman, desvinculadas de suas tonalidades

pejorativas. Pode-se interpretar que, neste autor, conservadores e reacionários sobrepõem-se ao compartilharem determinadas formas retóricas de comunicação<sup>9</sup>.

Outro elemento central de Hirschman reside na chave interpretativa que regula sua análise da reação, precisamente, a questão da mudança. Aqui, todos os esforços argumentativos do campo reacionário agregam-se para se contrapor aos esforços de revolução, reforma e transformação social engendradas por movimentos progressistas. Dessa forma, as manobras e posturas conservadoras questionam tanto a validade de reconfigurações profundas da sociedade, como também sua qualidade e extensão.

Com base nestes pressupostos, Hirschman (*Ibid.*, p. 18-19) estabelece três teses retóricas – intituladas de perversidade, futilidade e ameaça – mobilizadas pelo conservadorismo em reação a distintas circunstâncias históricas de significativas mudanças sociais no Ocidente. A primeira delas relaciona-se com a declaração dos direitos civis oriundos da Revolução Francesa; depois, o sufrágio universal e as conquistas da participação política popular no oitocentos; por fim, o estabelecimento do Estado de bem-estar social e a consolidação de garantias sócio-econômicas no século XX. Desse modo, o uso recorrente e conjugado dos referidos imperativos categóricos em diferentes contextos auxilia na identificação das continuidades do reacionarismo no panorama político moderno

Ainda, é importante notar como esta periodização de Hirschman estabelece um diálogo direto com a análise clássica de T.H. Marshall (1967) acerca da formação da cidadania no Ocidente em seus aspectos civil, político e social no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Assim, um de seus objetivos principais é evidenciar que o processo de democratização não ocorre por vias progressivas e harmônicas, antes, desenvolve-se a todos os momentos em conflito com “contrainvestidas ideológicas de força extraordinária” (HIRSCHMAN, 2019, p. 15).

A primeira das teses de Hirschman caracteriza-se pela noção de perversidade. Sua estrutura argumentativa é a seguinte: a busca pela profunda transformação social, por mais benévolas que seja sua intenção, engendra resultados contrários aos objetivos programados. Esta estratégia retórica ressalta um caso especial de desdobramentos não-

---

<sup>9</sup> Segundo avaliação crítica de Shorten (2022, p. 16): “como [Corey] Robin, Hirschman chegou perto de combinar reação com conservadorismo, como se as diferenças entre eles não fossem significativas”.

almejados da atividade do homem sobre o mundo, em que “a falha de previsão dos atores humanos comuns é quase total, na medida em que se mostra que suas ações produzem precisamente o oposto do que se intencionava” (*Ibid.*, p. 46). Neste caso, os agentes de mudança são interpretados pelo reacionarismo como, apesar de bem-intencionados, idealistas e ingênuos frente aos mecanismos imprevisíveis de funcionamento da realidade.

A partir desta caracterização, Hirschman identifica as distintas circunstâncias históricas nas quais esta tese é mobilizada pela reação. No século XVIII, Burke proclamara que a Revolução Francesa produziria um regime oligárquico e De Maistre declarara que a Providência Divina direcionaria as consequências da mesma revolta para seu caminho antagônico (*Ibid.*, p. 24-29). Igualmente, com a expansão do direito de voto durante o oitocentos, Le Bon argumentara acerca da irracionalidade e sugestibilidade da multidão, de maneira que o estabelecimento da democracia desdobrar-se-ia em pura burocracia. Ainda, sugere Hirschman (*Ibid.*, p. 38-39), frente o Welfare-State pós-1945 e suas políticas sociais, conservadores apontaram que qualquer programa assistencialista produziria apenas mais pobreza e ócio entre os setores populares.

Subjacentes à noção de perversidade estão uma série de outros motivos argumentativos centrais para esta tese reacionária. A ideia da inevitabilidade da perversão e da incapacidade humana em promover a melhoria social, por exemplo, apresentam-se enquanto críticas sérias à própria concepção iluminista no progresso – moral e material – engendrado pela razão humana. Logo, contra o racionalismo otimista do progressismo, o *ethos* conservador estabelece um contraponto clássico, fundado na sabedoria profunda da tradição e na temperança da religião. A tese da perversidade, portanto, subsume uma crítica à própria razão construtivista.

O segundo imperativo argumentativo típico da reação é designado por Hirschman como tese da futilidade. Em linhas gerais, essa proposta prevê que tentativas de transformação do mundo são ilusórias, “pois as estruturas ‘profundas’ da sociedade permanecerão intactas” (*Ibid.*, p. 53-54). Trata-se, fundamentalmente, de uma proposição que nega qualquer tipo de efetividade para a ação dos agentes transformadores, impotentes diante de leis naturais da ordem econômica, social e política que não podem contornar.

As manifestações empíricas desta tese, indica Hirschman, são variadas, mas guardam em si o *lócus* do argumento. Em sua análise da Revolução de 1789 na França, Tocqueville indicará que a ruptura radical propalada pela revolta reduzia-se a mera aparência, na medida em que uma transformação gradual já estava em curso pelas ações do Antigo Regime<sup>10</sup>. Os teóricos italianos da elite, Mosca e Pareto, anunciaram que toda organização política é ontologicamente dividida em oligarquias governantes e massas governadas, de modo que “o sufrágio não pode mudar nada na estrutura de poder existente na sociedade” (*Ibid.*, p. 63). Ademais, as próprias políticas de redistribuição de renda típicas da social-democracia são tidas como supérfluas pela reação, visto que seus programas se resumem em “transferências dos pobres para a classe média comandadas pelo Estado” (*Ibid.*, p. 73), consequentemente, acabam por manter uma estrutura econômica desigual<sup>11</sup>.

A última tese reacionária, relativa à ameaça, “assevera que a mudança proposta, ainda que talvez desejável em si, acarreta custos ou consequências inaceitáveis de um ou outro tipo” (*Ibid.*, p. 90). O custo invocado adquire um aspecto sequencial, dado que transformações recentes colocam em risco conquistas anteriores. Hirschman (*Ibid.*, p. 93) dissecava o terceiro imperativo sugerindo que sua operação lógica fundamenta-se no caráter mutuamente exclusivo entre duas reformas/avanços sociais. Dessa maneira, o argumento delineia a seguinte questão: “tem sentido sacrificar o progresso antigo pelo novo?”. Na verdade, argumentaria a reação, a permuta sempre resultaria em prejuízo.

Assim, a retórica da ameaça é acionada pelo conservadorismo em distintas circunstâncias históricas<sup>12</sup>. A ampliação do acesso ao voto proposta pelo *Reform Bill* inglês de 1832 foi recebida pelos círculos reacionários como uma ameaça a consolidados direitos constitucionais, ao considerarem que um sistema amplamente democrático

<sup>10</sup> Neste caso, Hirschman (2019, p. 58-59) indica que, não podendo negar a mudança objetivamente verificada na França setecentista, Tocqueville subestima seu alcance e desloca a agência do radicalismo revolucionário para a reforma temperada mediada pela aristocracia.

<sup>11</sup> Assim, a figura do reformador ingênuo e benévolos da primeira tese é substituída aqui pela imagem do maquinador perspicaz, “na medida em que os que são responsáveis pelas políticas estão situados justamente entre os beneficiários, surge a suspeita de que eles não são de modo algum assim tão inocentes ou bem-intencionados” (HIRSCHMAN, 2019, p. 85).

<sup>12</sup> De acordo com a interpretação de Hirschman (2019, p. 143-144), a retórica da ameaça não foi mobilizada no esteio da Revolução Francesa, porque “os eventos revolucionários vieram com tal rapidez, e varreram as estruturas preexistentes de tal maneira, que não houve, literalmente, nenhum tempo para determinar se existia alguma coisa no Antigo Regime que valesse a pena preservar”.

poderia desdobrar-se em um regime de maioria popular “que expropriaria os ricos (...) violando assim uma liberdade básica como o direito de acumular propriedade” (*Ibid.*, p. 102). Em um procedimento similar, Hayek interpreta o Welfare-State como uma ameaça à liberdade e democracia, visto que a ampliação das esferas de atuação governamental faz-se à luz da coerção autoritária, desprovida de qualquer consenso político acerca de seus limites.

Esta tríade de teses reacionárias pode ser reduzida, respectivamente na ordem aqui exposta, nas seguintes expressões idiomáticas: *everything back fires; plus ça change, plus c'est la même chose e ceci tuera cela* (*Ibid.*, p. 23, 54 e 128). Em uma tradução sintética, “todo tiro sai pela culatra”, “as coisas mudam, mas tudo permanece o mesmo” e “isso matará aquilo”. De modo geral, cada uma resume eloquentemente as três teses reacionárias de Hirschman: toda mudança social se converte em seu oposto, frustrando todos os desejos e objetivos daqueles que a incitaram; apesar das transformações políticas, tudo continua o mesmo, pois a existência de dominantes e dominados é um fato social ontológico; e progressos abruptos são, com freqüência, empobrecedores, colocando sempre em risco conquistas positivas historicamente consolidadas.

Ainda, nota-se como estas proposições, além de manifestarem-se em distintos contextos históricos, também são acionadas sincronicamente, tanto em combinações logicamente harmônicas quanto dissonantes. Na verdade, assinala Hirschman (*Ibid.*, p. 149), “quando dois argumentos são compatíveis, é pouco provável que sejam colocados em conjunto [pela reação]. Quando são incompatíveis, ao contrário, é bem possível que ambos sejam usados”.

As teses da perversidade e da ameaça, por exemplo, delimitam uma unidade coerente, na medida em que sugerem que uma reforma produzirá o oposto de seus objetivos e minarão conquistas sociais anteriores, contudo, não se tratam de retóricas regularmente associadas pela reação (*Ibid.*, p. 148). Por outro lado, o binômio perversidade/futilidade, apesar de discordante, é largamente empregado. Sua contradição reside no fato de que o primeiro de seus imperativos pressupõe a volatilidade do real frente à ação humana, ao passo que o segundo destaca a imutabilidade das leis que regulam o mundo social. Portanto, a partir de Hirschman,

pode-se inferir que a presença de desarmonias argumentativas não constitui obstáculos determinantes para o sucesso de uma ideologia (SHORTEN, 2015, p. 176).

De modo geral, por mais que os recursos retóricos da perversidade, futilidade e ameaça não sejam de uso exclusivo do reacionarismo, “não obstante, eles são mais típicos dos ataques conservadores a políticas progressistas, propostas ou existentes, e seus protagonistas foram pensadores conservadores” (HIRSCHMAN, 2019, p. 19). Esta reincidência permite tanto uma caracterização desta unidade ideológica a partir de instrumentos discursivos, quanto apresenta uma compreensão diferenciada dos processos históricos de constituição da democracia no Ocidente, menos cumulativos, conforme queria o esquema de Marshall (1967), do que marcados por um complexo de avanços, reversões e contra investidas.

### **Os Três Pilares de Richard Shorten: indignação, decadência e conspiração**

Ainda que Shorten seja em larga medida tributário da análise retórica de Hirschman, seu paradigma teórico-conceitual diferencia-se em uma série de elementos. Em primeiro plano, estabelece uma distinção evidente entre conservadorismo e reacionarismo, visto que seu objeto de investigação é, precisamente, a ideologia reacionária. Desvinculada de seu significado genérico, com implicações de certo binarismo essencialmente reativo, a “reação representa uma específica, duradoura e identificável corrente do pensamento político de direita” (SHORTEN, 2022, p. 2). Assim, propõe que esta corrente política seja definida como “um agregado de recursos retóricos, os quais regularmente relacionam-se entre si e que, em sua interconexão, podem prover uma ‘ideologia’ com suficientes padrões internos” (*Ibid.*, p. 15).

Ademais, uma de suas chaves interpretativas atenta-se ao fato de que a reação apresenta uma abordagem compartilhada que, characteristicamente, aglomera-se sempre ao redor da passagem do tempo histórico (*Id.*, 2015, p. 180). Segundo Shorten (2022, p. 22), mais do que isso, existe aqui uma atitude específica diante da História, marcada por uma tonalidade negativa, na medida em que “reacionários *disseram para outros reacionários* que estar no lado errado da história é o que eles têm em comum”. Neste ponto, o autor busca distanciar-se da concepção de história em Hirschman, segundo a

qual as retóricas reacionárias sempre mobilizam-se como contrapontos à mudança histórica e seus desdobramentos não-intencionais. Logo, em Shorten, trata-se menos de uma questão de mudança do que do enfrentamento da própria diacronia.

A partir destes elementos iniciais, Shorten (*Ibid.*, p. 22-23) estabelece três pilares retóricos que constituem os fundamentos do reacionarismo, denominados de indignação, decadência e conspiração. Igualmente, cada uma dessas proposições anora-se em diferentes categorias de apelo retórico, de modo que açãoam distintas formas de convencimento de uma audiência. Por conseguinte, o apelo à indignação instiga o âmbito do *pathos*, alicerçado no estado de espírito do ouvinte; o argumento da decadência mobiliza a dimensão do *logos*, pautado pela avaliação racional dos fatos; e a ideia de conspiração provoca a esfera do *ethos*, orientada pela confiança no caráter do orador (*Ibid.*, p. 23-24).

O primeiro dos pilares retóricos do reacionarismo delimitado por Shorten, a indignação fundada no *pathos*, gira em torno das consequências nocivas do processo histórico. Desse modo, “reacionários expressam indignação ao que eles supõem que a História criou e, especificamente, aos objetos de preocupação que eles consideram criações da História. Isto é, a História é tida por hostil ao criar inúmeras vítimas” (*Ibid.*, p. 23). Em geral, esta manobra argumentativa mobiliza sempre a noção de um “nós” solapado pelo decurso do tempo em consonância com o sentimento de indignação do público, uma emoção contínua, suavizada e existencial de raiva.

Na interpretação de Shorten (*Ibid.*, p. 46), Burke aciona um sujeito coletivo indignado frente o violento desmantelamento do Antigo Regime francês. Neste caso, a noção de “nós”, construída aqui para abranger todos aqueles contrários ao radicalismo revolucionário, é invocada para simpatizar emocionalmente o público com a condição dos monarcas depostos. O mesmo sentimento é estimulado na descrição de Hitler do povo alemão, um grupo que prolongada e silenciosamente carrega seu pesado fardo, de modo que a nação germânica é interpretada como vítima injustiçada da crescente dominação judaica da Europa (*Ibid.*, p. 120-121). Similarmente, Donald Trump conjura um “nós” norte-americano também vitimizado, composto, sobretudo, por setores das classes médias e baixas indignados com a crescente onda de imigrantes que minam a estrutura sócio-econômica dos Estados Unidos.

O segundo tema retórico da reação corresponde ao *logos* da decadência, fundado, sobretudo, no senso de desvirtuamento da história. Por conseguinte, a continuidade previsível e tradicional entre passado e presente – a dimensão espacial da história, nos termos de Mannheim – é interrompida, a passagem do tempo apresenta-se em declínio, de forma que o presente é interpretado frequentemente como malfadado (*Ibid.*, p. 22). De acordo com Shorten (*Ibid.*, p. 113), avulta-se nesta proposição uma dimensão lógica: a decadência é enunciada através de um diagnóstico racional de processos cumulativos, cujas explicações a audiência é convidada a analisar.

Segundo Shorten (*Ibid.*, p. 42), Burke interpreta a Revolução Francesa como o corolário de uma decadência social sistêmica, sinalizada pela tomada do poder político pelo imprudente terceiro estado burguês, a ausência de ações virtuosas por parte do segundo estado aristocrático e a ascensão de clérigos plebeus no interior do primeiro estado. Do mesmo modo, a narrativa anticomunista de Joe McCarthy nos Estados Unidos da década de 1950 ressalta tanto o declínio particular das forças de segurança nacional da América quanto a abrangente decadência da civilização ocidental, ambas erodidas pela conglomeração de incompetências políticas internas e deslealdades de traidores marxistas (*Ibid.*, p. 180).

Similarmente, o *nouveaux réactionnaire* Éric Zemmour diagnostica a derrocada contemporânea da França como fruto das ações libertárias e feministas progressivamente engendradas pela geração de 1968. Neste contexto, a queda do poder patriarcal, a desmasculinização, a perda de prestígio da economia gálica e as imigrações árabe-africanas em massa manifestam-se como os sintomas de “uma história alterada, falsificada e desnaturada” (ZEMMOUR, 2014 *apud* SHORTEN, 2022, p. 146). A identidade cultural francesa é tida como descaracterizada por um processo cumulativo de declínio, sentido em distintas esferas da vida social da nação.

Por fim, o último princípio retórico identificado por Shorten, a conspiração, implica na alegação reacionária de que “conspiradores direcionam assuntos humanos para um presente estado de aflição” (SHORTEN, 2022, p. 23). O argumento mobiliza uma forma específica de convencimento, fundada na demonstração de caráter do orador e em uma progressiva comunhão ética entre as partes em comunicação. Logo, este

movimento engendra o que Shorten denominou como o “ciclo virtuoso do anunciante de conspiração reacionário”:

Em um lado deste ciclo, o conhecimento de uma conspiração é o que torna o enunciador crível. Por outro lado – e em influência recíproca – a credibilidade do caráter do enunciador é o que validará a alegação do conhecimento inicial (por isso é “virtuoso”) (*Ibid.*, p. 170).

Ademais, em cada um dos casos nos quais a retórica conspiratória é acionada, três grupos de sujeitos são identificáveis. Em primeiro lugar, Shorten (*Ibid.*, p. 192) destaca o delator, cujo caráter capacita-o para a denúncia ativa de complôs; em segundo plano, os ouvintes, categorizados, mais ou menos, como enganados passivos em necessidade de esclarecimento; e, por fim, os conspiradores, aqueles que atuam furtivamente sobre o mundo. Desse modo, tanto o ciclo virtuoso quanto os três agentes referenciados compõem uma unidade coesa de convencimento fundada, principalmente, na legitimidade do transmissor.

Em Burke, o tema conspiratório é pouco recorrente, considerando que sua ideia de complô insurgente, fomentado por filósofos da ilustração e especuladores financeiros, é subsumida pela força torrencial da revolução, “totalmente indiferente à agência humana, carregada para frente por seu próprio impulso interno” (*Ibid.*, p. 51). Diferentemente, este movimento retórico é mais pronunciado em McCarthy, perceptível em sua denúncia do conluio comunista em larga escala na sociedade norte-americana, que abrange desde instituições governamentais até o sistema educacional. Neste caso, Shorten (*Ibid.*, p. 190) ressalta como a auto-apresentação heróica e intelectualmente superior de McCarthy o torna um veículo apropriado e confiável ao público para a comunicação desta verdade.

Esta mesma estrutura retórica pode ser verificada também no reacionarismo contemporâneo. Anders Breivik realiza um apelo ao *ethos* a partir de intermediários que se apresentam enquanto fontes confiáveis de informação acerca de uma conspiração engendrada na Europa. Nesta denúncia *by proxy*, uma audiência passiva é desvendada e passa a reconhecer como mulçumanos e marxistas culturais efetivam uma colonização árabe sobre o velho continente (*Ibid.*, p. 206). Por outro lado, Nigel Farage ressalta um tipo conspiratório específico que atinge o Reino Unido, cumulativo e de baixo tom, cujos

envolvidos – União Europeia, mídia de massas e classe política<sup>13</sup> – almejam secretamente a manutenção de políticas migratórias que minam as bases da sociedade britânica.

Portanto, os três pilares retóricos do reacionarismo identificados por Shorten (*Ibid.*, p. 232) permitem definir os limites desta ideologia que, characteristicamente, possui um sistema instável em relação a sua orientação de valores. Logo, suas formas mundanas de argumentação imbricam-se em vias de aperfeiçoar tanto seus modelos de convencimento quanto sua própria identidade política. A indignação e a decadência, por exemplo, são temas que se reforçam mutuamente ao expressarem o sentimento de exasperação frente um mundo em declínio (*Ibid.*, p. 40). Do mesmo modo, uma conspiração é passível de engendrar um processo de declínio social, assim como a noção de “nós” pode apresentar-se enquanto antinomia aos grupos conspiradores.

Ainda, estes três fundamentos podem ser declarados simultaneamente, como no seguinte trecho de McCarthy: “Como nós podemos explicar nossa presente situação a não ser que acreditemos que homens poderosos neste governo estão orquestrando para trazer-nos ao desastre. Isto *deve ser* o produto de uma grande conspiração” (HOFSTADTER, 2008 *apud* SHORTEN, 2022, p. 194). Talvez, esta seja a expressão sintetizada da retórica reacionária de Shorten, considerando que o uso contínuo do “nós” vincula-se ao *pathos* da indignação, a reiteração do desastre relaciona-se com o *logos* da decadência e a denúncia de um complô associa-se ao *ethos* da conspiração. Aqui, as emoções, a racionalidade e a confiança do ouvinte são sobrepostos em um complexo mosaico argumentativo.

Em adição às proposições retóricas, Shorten destaca que a reação também pode ser caracterizada por estilos de expressão<sup>14</sup> específicos que, apesar de destituídos de universalidade, compõem um repertório flexível e adaptável. O estilo bombástico, por

<sup>13</sup> A concepção de “classe política”, apropriada em larga escala pelo debate público britânico a partir de meados da década de 2010, é polissêmica e indica, segundo análise de Allen e Cairney (2017 *apud* SHORTEN, 2022, p. 235), noções intercambiáveis de elitismo político, profissionalismo político e carreirismo político.

<sup>14</sup> Shorten utiliza o termo “estilo” para designar formas específicas de apresentação de argumentos, ou, em suas próprias palavras, uma “astuta expressão de ideias” (SHORTEN, 2022, p. 259). Mannheim (1986, p. 77-78) utiliza a mesma palavra em sua análise do conservadorismo, entretanto, a partir do conceito de “estilos de pensamento”, que delimita uma abordagem fundamentalmente sociológica da história das ideias, preocupada em estabelecer articulações entre condições sociais em mudança e distintas “escolas” de interpretação do mundo.

exemplo, privilegia uma expressão ao mesmo tempo inflada e humilde do *self* comunicador de modo essencialmente hipnótico; o brutalismo aciona imagens viscerais e chocantes em um ritmo narrativo instável; e, por fim, a dimensão *camp*<sup>15</sup> do discurso teatraliza a experiência humana em uma excessividade auto-consciente (SHORTEN, 2022, p. 260-261).

Dessa forma, Shorten busca destacar que a continuidade histórica e os aspectos definidores do reacionarismo residem, em última instância, em seus três pilares retóricos. Apesar de que esta tríade se reconfigure historicamente, apresentando abrangências, pesos e complexidades distintas, muitas das vezes em modelos contraditórios, sua estrutura anatômica é permanente e sempre mobilizada integralmente pelos representantes da ideologia reacionária.

### Considerações Finais

De modo geral, após uma breve exposição das abordagens de Hirschman e Shorten sobre as dinâmicas retóricas das ideologias da reação, nota-se alguns pontos de convergência entre estes autores. Em primeiro lugar, as circunstâncias histórico-sociais nas quais construíram suas análises são marcadas pela ascensão de movimentos políticos vinculados ao conservadorismo e reacionarismo.

Hirschman, elaborando sua pesquisa em meados da década de 1980, lidava com dois fenômenos sociais específicos, “a falta sistemática de comunicação entre grupos de cidadãos, tais como liberais e conservadores, progressistas e reacionários (...) [e] o ascendente e triunfante movimento conservador e neoconservador” (HIRSCHMAN, 2019, p. 10). De maneira similar, Shorten (2022, p. 1) redige seu trabalho no contexto pós-2016, marcado, sobretudo, pela saída do Reino Unido da União Europeia, a ascensão de Donald Trump à presidência norte-americana, o fortalecimento de Marine le Pen nas eleições francesas e o surgimento de partidos de extrema-direita como o *Alternative für Deutschland* (AfD).

---

<sup>15</sup> Shorten emprega este conceito no sentido utilizado por Sontag (2020, p. 352), que define o *camp* como uma espécie de sensibilidade moderna com “gosto pelo inatural: pelo artifício e pelo exagero”.

Além disso, ambos buscam superar determinadas abordagens analíticas sobre o campo político da direita. Hirschman (2019, p. 10) desvincula-se de perspectivas focalizadas na compreensão da personalidade ou mentalidade conservadora, interpretações pouco promissoras que, em última instância, alargariam as fissuras comunicativas entre os grupos políticos das democracias mais avançadas. Shorten (2022, p. 6-114), por outro lado, distancia-se dos paradigmas disposicionais, sociológicos e conceituais do reacionarismo, que sobredeterminam, respectivamente, seus elementos subjetivos, sócio-grupais e conceituais. Portanto, privilegiam os “imperativos de argumentação” (HIRSCHMAN, 2019, p. 10), bem como os elementos mundanos da retórica reacionária (SHORTEN, 2022, p. 262), que permitem vislumbrar os modelos discursivos das disputas políticas cotidianas.

Contudo, subsistem grandes divergências teóricas entre estes dois modelos interpretativos. Em primeiro lugar, Hirschman (2019, p. 21, 55, 87, 168 e 173) utiliza as categorias de conservadorismo e reacionarismo de maneira indistinta, na medida em que se tratam de termos intercambiáveis e que, ao fim, delimitam um mesmo fenômeno. Ao passo que Shorten (2022, p. 6), apesar de evidenciar a porosidade entre ambas ideologias<sup>16</sup>, demarca o reacionarismo como perspectiva autônoma do mundo político, dotada de certa tradição histórica e caracterizada por conteúdos retóricos particulares, distintos do conservadorismo.

Em segundo plano, Hirschman (2019, p. 19) ressalta que a retórica da reação sempre alude a processos de *mudança* sócio-cultural, transformações estas interpretadas em chave negativa. Comparativamente, Shorten (2022, p. 22) destaca o papel que a *história* adquire para a estrutura argumentativa reacionária, em especial, a sensação de se situar no lado errado do tempo histórico. Em adição, Shorten (2015, p. 176-177) propõe uma análise para além das estratégias calculadas e aspectos racionais da retórica – elementos, segundo sua interpretação, superestimados por Hirschman – focalizando também suas dimensões emocionais e éticas, fundamentadas na persuasão de si e de outros acerca de um conjunto de crenças específicas.

---

<sup>16</sup> De acordo com Shorten (2022, p. 67), as sobreposições entre reacionarismo e conservadorismo devem-se, entre outras razões, a incapacidade desta última ideologia em policiar seus próprios limites e pelas incertezas relativas à sua definição conceitual.

Por fim, uma distinção adicional reside em cada um dos repertórios argumentativos elaborados por Hirschman e Shorten<sup>17</sup>. No primeiro, destaca-se as teses da perversidade, futilidade e ameaça, mobilizadas por intelectuais em três períodos históricos definidos: a Revolução Francesa, o sufrágio universal oitocentista e o surgimento do Welfare State (HIRSCHMAN, 2019, p. 143-144). No segundo, elenca-se tanto estilos de expressão reacionários quanto os pilares retóricos da indignação, decadência e conspiração a partir de casos pulverizados por distintos contextos: desde os acontecimentos de 1789, passando pelo nazi-fascismo e macarthismo, até o reacionarismo do século XXI (SHORTEN, 2022, p. xii).

Em geral, Hirschman e Shorten, apesar de suas divergências teórico-conceituais, buscam novos caminhos para a definição dos limites e continuidades históricas da reação. Ao negarem qualquer tipo de disposição reificada de ordem psicológica, filosófica ou até mesmo social para este movimento, observam nas formas de comunicação e argumentação rotineiras alguns elementos compartilhados continuamente que, em suma, podem caracterizar e situar o conservadorismo e o reacionarismo no mapa das ideologias políticas contemporâneas.

## Referências

- ALLEN, Peter; CAIRNEY, Paul. What Do We Mean When We Talk about the ‘Political Class’. **Polical Studies Review**, v. 15, n. 1, p. 18-27. 2017. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1478-9302.12092#>>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- BERLIN, Isaiah. **The crooked timber of humanity**. London: John Murray, 1990.
- GAHYVA, Helga. Notas Sobre o Conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 35, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n35p299/34246>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

---

<sup>17</sup>Trata-se, portanto, de mecanismos distintos de exposição de resultados. Hirschman (2019, p. 15) elabora sua apresentação histórica em diálogo com os períodos de construção da cidadania ocidental de Marshall. Ao passo que Shorten (2022, p. 3) sobrepõe figuras temporalmente díspares – tais como Burke e Trump, Hitler e Zemmour – com o intuito de evidenciar, de maneira provocativa, as continuidades internas da reação.

GARRARD, Graeme. Isaiah Berlin's Joseph de Maistre. In: MALI, Joseph; WOKLER, Robert (Org.). **Isaiah Berlin's counter-enlightenment**. Philadelphia: American Philosophical Society, 2003. p. 117-131.

HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOFSTADTER, Richard. **The Paranoid Style in American Politics**. New York: First Vintage, 2008.

KIRK, Russel. The Idea of conservatism. In: PANICHAS, George (Org.). **The essential Russel Kirk: Selected Essays**. Wilmington: ISI Books, 2007. p. 3-45.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José (Org.). **Introdução crítica à Sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 77-131.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

PANICHAS, George (Org.). **The essential Russel Kirk: Selected Essays**. Wilmington: ISI Books, 2007.

ROBIN, Corey. **The reactionary mind: conservatism from Edmund Burke to Donald Trump**. New York: Oxford University Press, 2018.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo: um convite à grande tradição**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SHORTEN, Richard. Reactionary rhetoric reconsidered. **Journal of Political Ideologies**, v. 20, n. 2, p. 172-193. 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13569317.2015.1034466?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SHORTEN, Richard. **The ideology of political reactionaries**. New York: Routledge, 2022.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

ZEMMOUR, Éric. **Le suicide français**. Paris: Albin Michel, 2014.